

GEOPOLÍTICA, HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E HETERARQUIA DO PODER

Adalberto de Salles-Lima

Universidade de Brasília, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Brasília-DF, Brasil
adalberto.lima@unb.br

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão introdutória acerca das dinâmicas geopolíticas das relações de poder global e o atual capitalismo hegemônico, a partir de uma nova doutrina de segurança. O objetivo é discutir alguns pontos da hegemonia estadunidense nas últimas décadas com influências em processos históricos e culturais de dominação na América Latina. Para isso, nos basearemos no conceito de *heterarquia* proposto por Santiago Casto-Gómez e a questão do consenso internacional como ponto fundamental na manutenção do imperialismo capitalista atual. A metodologia baseia-se no método qualitativo através de leituras bibliográficas de autores/as clássicos e contemporâneos, como Castro-Gomes (2007), Ceceña (2004^a, 2004b), Gramsci (2001) e Wallerstein (2010). Espera-se que esse artigo possa contribuir para analisar como a geopolítica do imperialismo dos Estados Unidos se baseia numa estrutura hegemônica validada pelo consenso internacional.

Palavras-chave: Estados Unidos. Heterarquia. Hegemonia.

GEOPOLITICS, US HEGEMONY AND HETERARCHY OF POWER

ABSTRACT

This article is an introductory reflection on the geopolitical dynamics of global power relations and current hegemonic capitalism, based on a new doctrine of security. The objective is to discuss some points of US hegemony in recent decades with influences on historical and cultural processes of domination in Latin America. For this, we will be based on the concept of heterarchy proposed by Santiago Casto-Gómez and the question of international consensus as a fundamental point in the maintenance of current capitalist imperialism. The methodology is based on the qualitative method through bibliographic readings of classic and contemporary authors, such as Castro-Gomes (2007), Ceceña (2004^a, 2004b), Gramsci (2001) and Wallerstein (2010). It is hoped that this paper can contribute to analyzing how the geopolitics of US imperialism is based on a hegemonic framework validated by international consensus.

Keywords: United States. Heterarchy. Hegemony.

INTRODUÇÃO

A construção da hegemônica dos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial expõe as novas configurações geopolíticas do poder global e do capitalismo, a partir de uma nova doutrina de segurança. O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre hegemonia estadunidense, perpassando pelo conceito de *heterarquia* elaborado por Santiago Casto-Gómez, como elemento analítico para compreender o poder em rede, as conexões entre os níveis da estrutura hegemônica (econômico, político, cultural e militar) e a construção do consenso internacional como ponto fundamental na manutenção do imperialismo estadunidense. As reflexões nesse artigo se justifica pela relevância do tema em pleno contexto global geopolítico de disputas e domínio político, econômico e territorial nem sempre explícitos no senso comum.

Para a realização das reflexões propostas, o artigo se estruturou em três momentos. No primeiro, *Heterarquia e estruturas de poder*, analisa teoricamente a *Heterarquia* do Poder de Santiago Casto-Gómez em diálogo com Foucault para refletir sobre estruturas de poder global. No segundo, *Rede(s), poderes e consenso*, trata das recentes configurações do capital na América Latina com a penetração do neoliberalismo, permitindo observar arranjos econômicos, culturais e políticos articulados numa rede de consenso internacional, baseada na *heterarquia do poder*. No último momento, *O cultural e o econômico na hegemonia capitalista*, trata do centro global anglo-saxão como eixo civilizacional.

Heterarquia e estruturas de poder

A análise teórica desenvolvida, principalmente nesse subitem, está direcionada para compreender a conexão entre a teoria da *Heterarquia* do Poder de Santiago Castro-Gómez e a representação da estrutura hegemônica dos Estados Unidos. Para efeito de delimitação analítica será realizado um recorte da discussão de Santiago em seu artigo *Michel Foucault and the Coloniality of Power* (Michel Foucault e a colonialidade do poder).

Castro-Gómez (2007) ao criticar a lógica essencialista da hierarquia do poder de natureza colonial, entende significar uma estrutura verticalizada de larga duração e reduzida na configuração da economia-mundo capitalista. Tal verticalidade constitutiva da lógica do capital sob o território está condicionada a uma estrutura de dominação vigente onde centro-periferia representa o cerne das condições e dinâmicas do capital colonial/moderno. A sustentação da referida crítica tem seus pressupostos no pensamento de Foucault no *College de France*, na segunda metade do século XX e, por conta disso, Castro-Gómez desenvolve seu conjunto de argumentos em diálogo com Foucault, com vistas ao processo moderno/colonial na América Latina e no mundo.

Foucault (1979) afirma o poder ser algo dinâmico e não apropriado na condição de objeto, essencialmente está em constante circulação. Embora Foucault esteja mais preocupado em explicar o poder na estrutura molecular (micro) é possível observar as dinâmicas do poder em outras instâncias da vida e suas (intra)redes. Com base nesses pressupostos, a hegemonia estadunidense é um caso interessante para perceber como o poder tua em rede no contemporâneo, alicerçado num consenso internacional e aproximado da *heterarquia* do poder.

Para o autor, os estudos tradicionais sobre colonialidade consolidam as teorias das hierarquias, especificamente pelo Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 2010) onde o capitalismo global está acima de demais instâncias inferiores: família, Estado, sexualidade, práticas de subjetivação, entre outros. Nesse sentido, o Sistema-Mundo resultaria num poder sem precedentes e impositivo, constituído de um princípio dominante organizado sob as demais instâncias da vida social. Castro-Gómez propõe repensar a ideia de uma verticalidade estritamente definida (*molar*) muitas vezes delimitadas pela compreensão da economia-mundo, divisão internacional do trabalho e exploração colonial, por uma dinâmica de poder (*molecular*) que envolve outros processos decorrentes das recentes configurações geopolíticas e de dominação capitalista, como subjetivação, dimensões dos afetos, intimidade e outros. Dito isso, da *estrutura molar* para a *estrutura molecular*, termos elaborados pelo autor, possibilita ampliar as análises sobre a conjuntura geopolítica muito ditada pela hegemonia estadunidense no sistema internacional.

Os imperativos econômicos da economia mundial estão ligados em rede, enredados com outras cadeias de poder operadas em outros níveis (tais como relacionamentos étnicos, epistêmicos, sexuais, espirituais, de gênero e de classe), estas relações não são determinadas pelas relações de trabalho e não são redutíveis entre si. Não há uma única colonialidade de poder, mas há muitas e sua análise dependerá do nível de generalidade que está sendo considerado (micro, meso ou macro), assim como seu escopo específico de operação (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 168, tradução).

Santiago ratifica o funcionamento das tecnologias de poder observadas por Foucault em distintos níveis (micro, meso e macro) geradas na Europa e posteriormente estendidas para o mundo. Observa-se então por ele o aspecto biopolítico da cadeia de poder vinculada numa rede de múltipla escala. O mesmo acredita no poder enquanto fenômeno complexo e transita dentro e entre instâncias. Por isso, nenhuma dessas instâncias são autônomas suficientes para ser independente uma da outra, sobretudo no caso do Sistema-Mundo, uma vez que “[...] o poder é uma única rede que trabalha com uma lógica única em todos os seus níveis [...]” (p. 165, tradução).

Nesse sentido, a *heterarquia* é constituída por diferentes cadeias de poder através de lógicas distintas e conectadas entre si, superando a perspectiva verticalizada tradicional da instância econômica. Nas palavras de Castro-Gómez (2007, p.170), “[...] são estruturas complexas nas quais não existe um nível básico que governe sobre os outros, mas todos os níveis exercem algum grau de influência mútua em diferentes aspectos particulares e participam de conjunturas históricas específicas.” (tradução).

Uma das críticas sobre a *hierarquia* da colonialidade com base na superação pela *heterarquia* está no modo como o poder opera. A teoria da heterarquia desconstrói o pensamento clássico macroeconômico fundado na histórica determinação civilizacional do Norte global sobre o Sul global como epicentro da colonialidade, com reflexos diretamente sobre a realidade social. Para além da verticalidade como único sentido lógico da forma e conteúdo de dominação e de poder por uma

potencia econômica vigente, seria necessário considerar a articulação em rede com outras instâncias de poder, difusa e entre escalas, possibilitando olhar para as temáticas hegemonia, economia, doutrina de segurança e imperialismo sob o prisma multisetorial e dinâmico.

Apesar de o Sistema-Mundo dividir basicamente sociedades entre centro e periferia do mercado internacional, não justifica a essencialização e superioridade do aspecto econômico sobre o cultural, político e social, ao passo de o capitalismo significar mais que um modo de produção, por apreender um regime cultural e civilizatório (MENESES; SANTOS, 2009). As regiões do Sul afirmam-se ascendentemente como polos de diálogos epistêmicos e resistências culturais frente ao Norte. É possível entender nesse momento que a divisão estrutural em centro-periferia representa a base da Divisão Internacional do Trabalho. Porém, as recentes configurações territoriais a partir de meados do século XIX com a ampliação da globalização e neoliberalismo imprimiram novos processos geopolíticos.

Rede(s), poderes e consenso

A penetração do neoliberalismo na América Latina e Caribe a partir de meados do século XX possibilitou repensar relações de poder, hegemonia, conflitos sociais, migrações, diplomacias, transições políticas e desigualdades sociais. Com o neoliberalismo, as fronteiras, redes e fluxos de pessoas e materiais refletem parcialmente os recentes cenários geopolíticos internacionais em torno da *heterarquia do poder*.

Embora o poder seja imaterial, tem suportes materiais iniludíveis. Controlar os processos de reprodução da vida e da própria riqueza é, simultaneamente, um fim e um mecanismo na construção de poder. A capacidade para se apropriar dos recursos, processos ou mecanismos necessários não só para a reprodução presente, mas sobretudo para a futura, faz parte das condições de possibilidade da hegemonia (CECEÑA, 2004, p. 42).

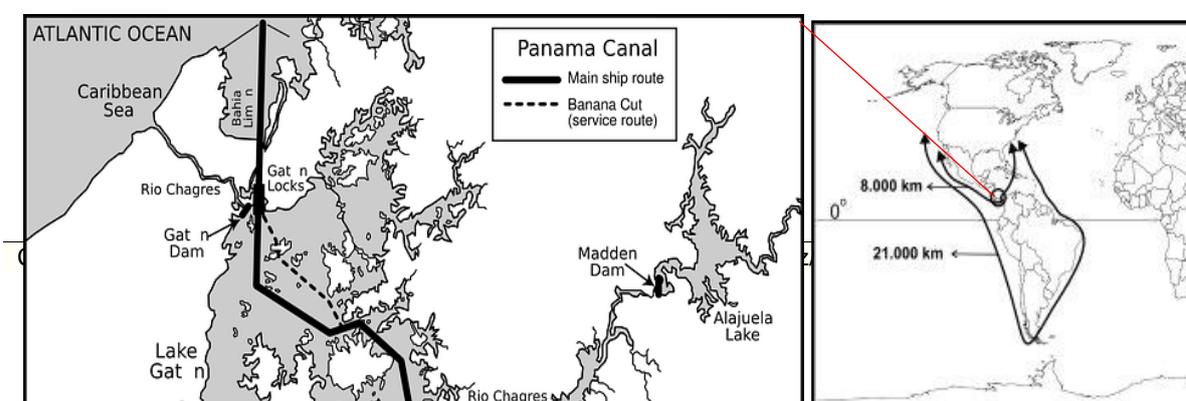
Consoante a autora, o *poder* ao se afirmar numa rede complexa de negociações e disputas, apoiado no controle dos processos de produção e apropriação dos recursos, se sustenta na hegemonia econômica para legitimar as condições necessárias de dominação. Os mecanismos que permitem a capacidade de realizar sobreposição de interesses políticos alheios estão alicerçados na multidimensionalidade do próprio poder econômico. Essas ideias remetem diretamente ao imperialismo estadunidense através do consenso internacional, sustentando sua hegemonia no sistema internacional.

O imperialismo estadunidense se consolidou após o fim da Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 com o enfraquecimento econômico de alguns países europeus. Isso foi basilar para os Estados Unidos se destacar no mercado internacional. Os recentes arranjos macroeconômicos a partir de meados do século XX foram fomentados pela demonstração do poder bélico estadunidense: o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, no mesmo ano. O uso da força bélica significou algo globalmente simbólico, ao apresentar os Estados Unidos como a principal liderança capitalista.

A crescente consolidação da hegemonia estadunidense antes mesmo da Segunda Guerra, tem como exemplo o conflito militar com a Espanha em 1898 na tomada de Porto Rico, Cuba e Filipinas sob o domínio espanhol, conhecida como a Guerra Hispano-Estadunidense. O discurso de libertar parte do Caribe (PRECIADO, 2017) camuflaria as reais intenções de controle marítimo e econômico ligado à condição regional de forte indústria açucareira.

A expansão de bases militares na América Latina constituiu as primeiras políticas de uma agenda de segurança nacional e internacional dos Estados Unidos no século XX. O presidente Theodoro Roosevelt em 1901 priorizou a construção do Canal do Panamá (figura 1), cujo interesse principal foi ampliar as bases militares dos EUA na região.

Figura 1. Canal do Panamá



A morfologia do território panamenho associado às condições políticas da época permitiu a construção do Canal do Panamá no ano de 1903 se converter num império ultramarino estratégico ao projeto capitalista do *Tio Sam*¹. O fato de a rota ligar o extremo oriente a costa leste dos Estados Unidos reduziu consideravelmente as distâncias percorridas nas rotas marinhas caracterizadas pelo tráfego de navios de maior porte.

O imperialismo estadunidense provocou profundas transformações na mundialização da economia, uma política de expansão territorial por meio de um projeto hegemônico político-econômico-cultural-militar. Em decorrência dos ajustes geopolíticos por volta de meados do século XX, a Ásia, em especial o sudeste asiático, foram integrados fortemente ao mercado internacional, acompanhado pelo discurso do darwinismo social e agravamento da contradição entre progresso x atraso/ riqueza x pobreza. Essa conjuntura internacional observada em Gaztambide (2003) possibilitou sustentar a superioridade euro-americana sobre os povos latino-americanos e afro-asiáticos.

A hegemonia de uma potência econômica pelo controle de um território/região configurou os continentes do Sul global na condição de periferias do sistema e apontam para diferentes projetos de hegemonias. O império britânico perdurado entre finais do século XVI e XX resgata uma concepção clássica pelo fato de sua expansão territorial ter articulado somente a esfera econômica, apesar do legado cultural, político e linguístico em suas antigas colônias. Sua hegemonia iniciou através das colônias pela exploração do trabalho escravizado e outros mecanismos de controle (administrativo e de governo) sobre os territórios dominados e no pós-independência manteve-se o controle e busca por mercados, exploração do trabalho e apropriação de recursos naturais.

Sader (2004, p.18) ao perceber a mudança de um mundo unipolar, onde apenas uma superpotência apresentaria capacidade hegemônica, os termos da relação de forças e sua dinâmica se alterariam também. A influência estadunidense se constitui no fato de ser a única potência econômica com interesse global e integração completa das dimensões da hegemonia. O imperialismo deste está assentado num ambiente internacional de consensos e negociações com outras potências. Nesse âmbito, se define num grupo de países restrito caracterizados pelo objetivo comum na manutenção da ordem global (hierarquia + heterarquia) e um dos exemplos mais emblemáticos dessa geopolítica é o *Grupo dos 8* países mais ricos e influentes (Estados Unidos, Japão, Canadá, Reino Unido, Rússia, Alemanha, França e Itália).

A Guerra México/EUA entre 1846 e 1848 foi considerada o primeiro conflito fora da fronteira estadunidense estimulado pela ideologia do Destino Manifesto² e uma das consequências da guerra foi a perda de quase metade do território mexicano e ampliação de aproximadamente um terço do território estadunidense. O caso de Havaí em 1898 também é significativo por conta dos EUA ter passado a controlar os portos, equipamento militar, prédios e propriedade pública do governo havaiano. Esses dois casos de apropriação territorial são representativos para demonstrar que a hegemonia estadunidense não abandonou a dominação, propriamente dita pelo viés da conquista "bruta". É como se em alguns casos de tensões geopolíticas, a exemplo destes, primeiro toma o território vizinho sob algum discurso supostamente legítimo e, depois convence a comunidade internacional. Mesmo que não se tenha aprofundado nesse artigo os processos políticos que levaram os Estados Unidos a tal dominação, os dois casos demonstram a relação complexa e não ingessada entre dominação e consenso na construção da hegemonia estadunidense na América.

A transição do domínio capitalista britânico para os Estados Unidos não representou mudança sistêmica ou civilizatória (CECEÑA, 2004b) suficiente para considerar haver um rompimento na estrutura do sistema capitalista que pudesse provocar novos paradigmas. Isso quer dizer que apesar de algum modo a racionalidade estrutural da hierarquia (centro-periferia) estar presente na heterarquia (centralidades e redes), a concepção de hegemonia se aperfeiçoou nessa dinâmica do território e da economia internacional. Ao superar o modelo clássico de hegemonia, Ceceña (2004a, p. 30-31) salienta a necessidade de novas interpretações ao afirmar o modo arquitetado no *campo de batalha*, devendo constituir um ambiente "amigável" para possibilitar a realização dos objetivos imperialistas. De acordo a autora, uma das características fundamentais do século XX entre a diferença do poder britânico e o estadunidense é a ampliação dos níveis da hegemonia, fortalecendo seus elementos de consenso em relação aos de dominação.

¹ O nome surgiu no início do século XIX e representa uma das personificações dos Estados Unidos como um país do centro do sistema e hegemônico.

² O Destino Manifesto representa uma doutrina estadunidense pautada na crença onde Deus escolheu o povo dos Estados Unidos para comandar o mundo, onde o expansionismo geopolítico seria um dos meios estratégicos principais para tal concretização do projeto político e econômico.

Os impactos do atentado de 11 de setembro possibilitou uma canalização do orçamento financeiro do governo dos Estados Unidos para a compra e produção de armas. O discurso do brado guerreiro – “os que não estão conosco estão contra nós” – (DUPAS, 2010) motivou e mobilizou o contra-ataque internacional ao terrorismo sob o consentimento da comunidade externa. Esse caso está em consonância com a natureza tônica de hegemonia, ao passo de o contra-ataque estadunidense sustentado no brado guerreiro ser legitimado por um conjunto de países estratégicos que compartilham interesses em comum com finalidade de manter a ordem econômica moderna.

Ao observar a dinâmica do capitalismo através de diferentes centralidades do capital e modernização da divisão internacional do trabalho. A comparação de modelos hegemônicos entre o britânico (dominação) e os Estados Unidos (consenso) tem pelo menos dois pontos em comuns: mercado e recursos naturais. Outras questões não serão consideradas pela diferença do período e natureza do sistema econômico-político de cada centro capitalista por conta dos propósitos desse artigo. Ao adotar um aspecto diferencial entre ambos, o atual centro capitalista criou um ambiente de consenso internacional, expandiu suas bases militares, difundiu sua cultural e estilo de vida estadunidense e anexação de territórios.

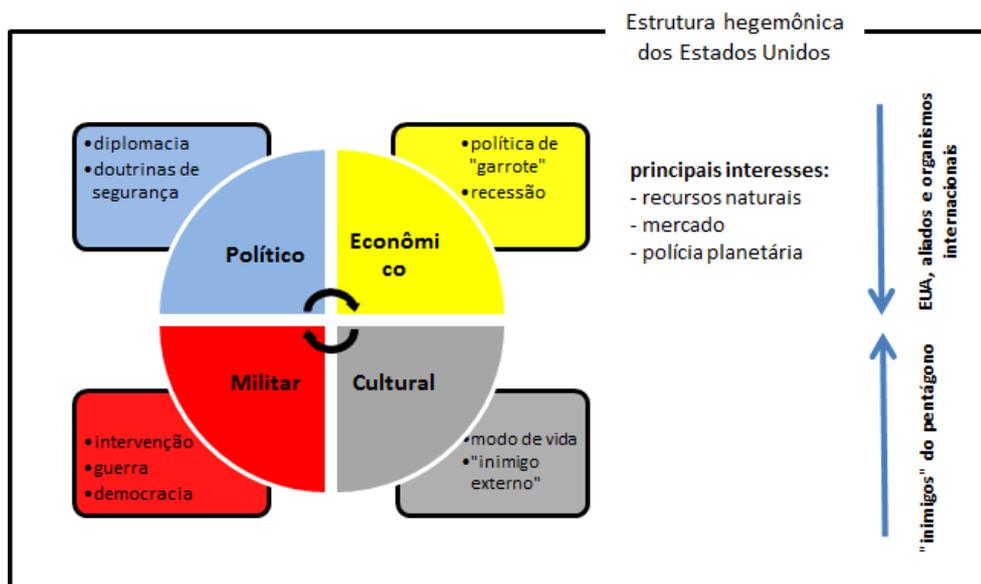
De acordo a Wallerstein (2010), Ayerbe (2002), Messari (2017) e Gramsci (2001) a construção da hegemonia está para além das condições materiais de produção e do poder bélico como condicionantes essencialistas. Requer, primeiramente, criar um ambiente internacional favorável aos interesses do capital estadunidense. A construção de um cenário internacional amigável pressupõe compreender a hegemonia atuar no campo das relações de forças entre Estados Unidos e alguns países e não na restrita unilateralidade, com suas bases nas condições econômicas e políticas do regime colonial quando os impérios disputavam a dominação de determinadas áreas ou pelo menos não havia uma política de consenso vista hoje.

Com base no conjunto de reflexões trazidas nesse artigos, a hegemonia estadunidense está articulada em quatro dimensões: político, econômico, cultural e militar (figura 2). Cada uma delas possui características específicas e há uma espécie de *etapismo flexível* entre as dimensões que as tornam dinâmicas e integradas. Apesar de funcionar numa sequência lógica (político-econômico-cultural-militar) a mesma não é rígida e cada dimensão depende, em grande medida, de outra dimensão para sua concretude, fazendo interligar processos, interesses e consequências entre as dimensões de poder.

A operacionalização da estrutura hegemônica ocorre da seguinte forma: primeiro no campo político, de cunho fortemente ideológico, via relações internacionais, diplomacia e doutrinas de segurança. Nesse campo, os países alvos de interesses externos são induzidos a cooperar por meio de acordos econômicos. Caso haja desacordo, a próxima etapa seria a influência econômica externa sobre o cenário interno, criando instabilidade econômica e recessão através de políticas de garrote³.

³ Entendido como políticas arbitrárias através da aplicação do uso da força contra países que se negam a aceitar os acordos econômicos e políticos dos Estados Unidos, originadas pelo presidente Teodoro Roosevelt (1901-1909).

Figura 2. Representação da estrutura hegemônica dos Estados Unidos



Fonte: autor, 2021.

Há pontos de intersecção direta entre o político e o econômico. Os meios de comunicação geralmente em harmonia com os interesses do mercado nacional, ao difundir no imaginário social uma falsa crise política-institucional, ou quando não a cria, instituindo condições mínimas para rupturas e transições políticas e institucionais. Além da alternância de poder, a presença do capital internacional influencia nos rumos da política e economia daquele país. As instabilidades sociais instaladas contribuem para aumentar a violência no rural e no urbano, justificando uma repressão policial ainda maior. O terceiro momento é a dimensão cultural. O ideal de sociedade difundido em discursos tendenciosos por garantias individuais, economia forte e segurança politico-administrativa do Estado assegurado pela ideologia estadunidense, cria no cenário internacional o status dos EUA enquanto principal defensor da democracia no mundo.

As narrativas dominantes de levar a democracia a países de sistemas políticos não confiáveis ou instáveis, não necessariamente pactuadas pelos grupos sociais locais e organizações independentes, é basilar para uma provável intervenção. Consoante as reflexões desenvolvidas nesse trabalho, a perspectiva democrática estadunidense é assentada na visão maniqueísta: o outro é o inimigo. No campo da hegemonia capitalista, a construção do Estado-Nação estadunidense se afirma na negação, interferência e competitividade

Primeiro, a economia global é engendrada numa rede de fluxos e combinação desigual de capital sustentada pela globalização. Nessa direção, dificilmente podemos afirmar que os problemas econômicos, políticos e sociais vividos pela Venezuela, desde o governo de Chaves, sejam exclusivamente internos. Segundo, a interferência dos EUA em instabilidades ou estabilidades nacionais é propositalmente estratégico aos interesses do *Tio Sam* e do grupo de potências no qual faz parte. O governo de Trump está construindo um discurso internacional de necessidade de restabelecer a ordem democrática na Venezuela, com apoio de países com agendas de governos neoliberais.

Na América Latina alguns países de governos de direita e conservador aderiram em graus variados ao referido projeto político, como a Colômbia de Juan Manoel Santos (2010 a 2018) do Partido Social de Unidade Nacional e de Iván Dique Marqués (2019 a 2022) do Partido Centro Democrático e, no Brasil, em especial, o governo de Bolsonaro (2018 a 2022) atualmente sem partido⁴. Outros países compactuam com a governabilidade de trum em relação a outras agendas de governo, como Honduras, El Salvador, México (pelo menos com a questão de restrições na migração) e Guatemala.

⁴ Bolsonaro se elegeu pelo Partido Social Liberal (PSL), considerado de natureza conservadora e liberalismo econômico.

Nos últimos anos, a Venezuela adotou um modelo de governo de esquerda muitas vezes questionado acerca dos processos de transição política, inclusive na permanência de Maduro como chefe de Estado, na reeleição de 2018. Para os EUA e opositores venezuelanos a permanência de Maduro não respeitou os devidos processos democráticos. Além desse cenário político, o território venezuelano possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo, possibilitando ingressar na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Na lógica estadunidense, as recentes fragilidades internas venezuelanas, a aparente fragilidade na democracia e o potencial econômico oriundo do petróleo são elementos combinados fundamentais que permitem ao EUA buscar estratégias de intervenção nesse país. A implantação governos locais neoliberal alinhados à política e economia do *Tio San* parece ser o objetivo final.

A intervenção militar (último recurso) é considerada a etapa mais feroz. Depois de fomentado internamente instabilidade econômica, política, aumento da violência e pobreza, acirrando conflitos armados entre grupos paramilitares, guerrilhas e parte da segurança pública nacional, o contexto de guerra interna legitima a intervenção militar externa. O interesse real da hegemonia estadunidense é a obtenção de recursos naturais, ampliação do mercado e detentora da segurança global cuja falácia se pauta na garantia da democracia, paz e justiça (CECEÑA, 2004a; DUPAS, 2004b). Esses interesses modelam o jogo político do consenso internacional restrito ao grupo de países do mercado. No fim, negociam as vantagens econômicas e políticas do pós-invasão, entorno das condições de apropriação e partilha das riquezas naturais.

Ao sistematizar o período da hegemonia estadunidense em três momentos, Wallerstein (2010, p. 11-12) desenvolve sua análise, buscando distinguir campos de forças. No primeiro período – “apogeu da hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra” (1945-1967) –, o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial favoreceu a economia dos EUA no aumento da capacidade de produção acima dos demais países do centro global e por ser o único a combinar a superioridade econômica, militar, política e cultural sobre todas as outras potências do mercado internacional. O segundo período – “o último brilho do verão” (1967/1973-2001) é caracterizado pelo momento onde se esgotaram as três décadas de expansão e a economia-mundo entrou numa longa fase “B” do ciclo de *Kondratieff*, associado com o declínio da Europa ocidental e do Japão. Um “tríplice acontecimento”: 1. declínio da economia-mundo; 2. “revolução mundial de 1968” (como ele chama os movimentos anti-sistêmicos do período 1966-1970); 3. derrota dos Estados Unidos no Vietnã, “transformou a cena geopolítica mundial e marcou o começo do lento declínio da hegemonia norte-americana” (p. 15-56).

O terceiro período “a anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” (de 2001 a 2025/2050) surge num contexto de disputa ideológica-cultural em Seattle (1999) entre representantes do mercado e anti-globalizantes (sindicalistas tradicionais e centrais e a Nova Esquerda) e na ascensão de Bush no governo dos Estados Unidos. O autor analisa como a dinâmica do capital pode provocar novos arranjos econômicos entre os países, como um distanciamento “inevitável” da Europa em relação aos Estados Unidos, uma proximidade cada vez mais estreita entre o Japão, China e Coreia do Sul, extensão da proliferação de armas nucleares no Sul global e declínio da hegemonia estadunidense. Wallerstein (2010) entende essas dinâmicas do capitalismo provocarem as causas da “transição anárquica”, a transição do sistema-mundo para a existência de um sistema diferente.

No caso do imperialismo estadunidense no Caribe, iniciada com a Guerra de Secessão (1861-1865), a transição do arranjo econômico foi caracterizada pela substituição de uma estrutura agrícola para industrial. Nesse período, as transformações internas se expandiram para além de suas fronteiras e seu capital industrial já alcançava o mercado europeu. A intervenção na Guerra de Independência em Cuba implicou em maiores condições para a penetração do capital do imperialismo na região e domínio econômico sobre os cubanos. Os graus distintos do imperialismo na região foram orientados por intervenções ideológicas como a Doutrina Monroe, União Pan-americana e a Política da Boa Vizinhança, a partir da ideia de “binômio”, como combinação entre políticas de integração com doutrinas de seguridade (NOVION, 2014; AYERBE, 2002).

A literatura latino-americana crítica a dominação capitalista regional e, em outras áreas no mundo, analisa a intervenção dos Estados Unidos nos territórios fora das áreas de segurança (figura 3) justificada pela suposta incapacidade de governabilidade e de não respeito às regras democráticas nacionais na região pertencentes a “zona de perigo internacional” (figura 3), definidas pela própria hegemonia estadunidense.

Figura 3. Novo mapa do pentágono



Fonte: Barnett (2003) *apud* Ceceña (2004).

O “Novo mapa do pentágono” faz referência aos inimigos ou potenciais inimigos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e visto como símbolo das Forças Armadas e representa a cartografia da hegemonia estadunidense. As áreas localizadas dentro do cinturão indicam os alvos diretos dos Estados Unidos.

[...] o centro (*the core*), que engloba todos os países desenvolvidos, com estruturas estatais sólidas e normatividades legitimadas; os países “costura ou elo” (*seam states*), em todos os sentidos do termo, que jogam o papel de zonas de amortecimento e de mediadores para o disciplinamento dos que se encontram na terceira região, chamada a “brecha” (*the gap*), na qual se situam as zonas de perigo sobre as quais os Estados Unidos devem ter uma política agressiva de vigilância, controle e de imposição de normas de funcionamento (tanto dos estados como dos exércitos e dos corpos de segurança, do comércio dos investimentos) adequadas para o estabelecimento real de um sistema globalizado (CECEÑA, 2004b, p. 46-47).

A cartografia hegemônica criou novas configurações territoriais com base em perspectiva dualística: espaço global de insegurança e segurança. A zona de perigo (*the gap*) ou zona de insegurança não coincidentemente é a mesma área de grandes reservas de recursos naturais, principalmente petróleo, gás, carvão, recursos hídricos e biodiversidade.

O discurso adotado de levar democracia esconde a necessidade de possuir o controle político e econômico local para se manter plenamente no mercado internacional, mas sua realização depende fundamentalmente da construção de um *campo de batalha* (CECEÑA, 2004b) legitimada pelo consenso internacional de um pequeno grupo de países do centro. Daí ser importante construir a figura do inimigo nos moldes maniqueístas e convencer as potências para legitimar sua intervenção. Sader (2004) considera os Estados Unidos impor ao mundo seu estilo de vida como universal – contraposta ao modo de vida do fundamentalismo islâmico. A relação dos EUA com os países da zona de perigo é arbitrária do ponto de vista das relações culturais, religiosa e ideológica. A identidade e cidadania estadunidense se afirmam na desconstrução, demonização e silenciamento de outras sociedades, sobretudo aquelas do *the gap*.

Martin-Baró (1988) ao analisar o contexto de guerra civil com apoio econômico-militar dos Estados Unidos em El Salvador (1980-1992), entre a guerrilha de ideologia política de esquerda organizada em torno da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e o governo de direita, levou a instalação do golpe militar com a Junta Revolucionária de Governo ao poder, observou a criação da imagem do

inimigo estratégica para configurar as representações ideais de normas sociais e de diferenciação daqueles dentro do padrão de sociedade, separando o “nós” dos “outros”. A construção da imagem do inimigo pelos Estados Unidos é um mecanismo manipulador para justificar ações de dominação e cumpre papel psicológico e ideológico de convencer os sujeitos da necessidade de combater o terrorismo, como ocorreu em El Salvador, Síria, Vietnã, Iraque ou em qualquer outro ponto economicamente estratégico para a manutenção de sua hegemonia capitalista (SALAZAR, 2014).

O cultural e o econômico na hegemonia capitalista

Observamos o imperialismo estadunidense ser validado pelo consenso internacional e a hegemonia dessa potência ocorre através de quatro dimensões: político, econômico, militar e cultural. Especificamente nessa última dimensão, além do discurso de democracia servir de justificativa para o intervencionismo, o ideal de sociedade global difundido cria nos imaginários sociais a condição de os Estados Unidos ser um dos principais padrões de sociedade a ser seguido. Nessa direção, os processos históricos de construções de identidades em diferentes realidades sociais, em especial na América Latina tem conexão de sentidos com a imposição do atual imperialismo. No âmbito das Ciências Sociais e Geografia latino-americana, as reflexões acerca da cultura remetem a uma infinidade de interpretações, problemáticas e fenômenos. Como recorte de análise desse campo complexo, os processos de identidades e formação territorial na região desde a colonização europeia até o imperialismo norte-americano possibilita perceber como a recente geopolítica internacional contribui, de algum modo, em relações de dominação do Norte sobre o Sul.

Em *O Espelho de Próspero*, Morse (1988) analisa a cultura de uma Ibero-América através do reflexo Anglo-Saxão. A América do Sul vista como uma imagem especular na qual a Anglo-América poderá reconhecer seus problemas. Essa metáfora do “espelho de próspero” é central na compreensão histórica do espelho norte-americano ter sido mostrado agressivamente ao sul-americano. O último capítulo da obra, “À sombra do porvir”, é uma síntese de análise historicista e contraposição à concepção proposta por José Henrique Rodó em seu ensaio “Ariel”. Enquanto no último capítulo do *Espelho de Próspero*, o Calibán (“O escravo de Próspero”) é o personagem preso aos interesses materiais⁵, na obra⁶ de Rodó o Ariel representa o materialismo anglo-saxão como vocação cultural da América Latina, constituindo a figura espiritual, capaz de ir além do pragmatismo. Ariel e Calibán assumem significados simbólicos e históricos distintos. Enquanto Ariel traz o sentido de espírito, da intelectualidade e liberdades, elementos que hipoteticamente levariam o povo latino-americano ao caminho da liberdade nunca conquistada, o Calibán compõe um jogo de palavras tendencioso, um anagrama de “canibal”, assumindo o sentido de “mal” (RETAMAR, 2004).

A crítica de Morse ao “arielismo” concentra na representação de uma visão pessimista ocidental da Escola de Frankfurt. De acordo com Morse, “[...] ao contrário das análises neoleninistas, deixa de lado tanto as nações subdesenvolvidas como os setores pobres das ‘desenvolvidas’” (p. 126) e diante dessa inquietação, o mesmo questiona o seguinte: “Nossa pergunta não é se a Ibero-América pode suportar, ou de alguma maneira enobrecer, a penetração do Grande Designo Ocidental, mas se ela é, por constituição histórica [...], de certo modo impenetrável a esse Designo.” (p. 127). Ao finalizar o capítulo, Morse questiona e nos faz refletir a longo prazo como construir uma alternativa possível de América Latina frente ao domínio da cultura ocidental Anglo-Americana, apesar do processo contínuo de decadência.

A perspectiva de Morse referente a construção da identidade latino-americana é parcialmente intrínseca a processos culturais e históricos anglo-saxã e intensificados nas últimas décadas com a hegemonia estadunidense. Os diferentes eventos ocorridos desde a colonização na região evidenciam relações de dominações e articula a perspectiva defendida aqui acerca da relação entre heterarquia, hegemonia e consenso internacional: do poder unilateral ao poder consensual. Consoante essa compreensão, o padrão civilizatório difundido está associado a projetos de dominação econômica que beneficia mais precisamente as potências nacionais norte-americana e europeias. Nesse sentido, a heterarquia na atuação da hegemonia ocidental anglo-americana reorganiza territórios na lógica do capital internacional e controle da vida social.

Muito desses processos em curso, em sua forma e conteúdo, foram potencializadas nas últimas décadas com o neoliberalismo na América Latina: formação de blocos políticos voltados à proteção

⁵ Essas informações também podem ser encontradas na Revista Fórum.

⁶ A referida obra é uma releitura crítica *Da Tempestade* de Shakespeare, no ano de 1611.

econômica, sobretudo da América do Norte; pressão do mercado sob o Estado para flexibilizar direitos trabalhistas e redução orçamentária de políticas sociais e de proteção aos direitos humanos; disputas ideológicas intranacionais e transnacionais no âmbito do governo; fomento ao mercado de armas de fogo e agravando a problemática da militarização da violência; tendência do aumento das desigualdades sociais, entre outros.

A produção da vida cultural nos países latino-americanos, sobretudo nos grandes centros urbanos, tem alcance nos processos econômicos oriundos das dinâmicas do sistema internacional. As transformações do capital implicam tanto na forma urbana da cidade e seus arranjos territoriais quanto dos conteúdos produzidos pelos sentidos humanos, uma vez que as contradições sócioespaciais e as subjetividades dos sujeitos atuam paralelamente na produção e resignificação do espaço urbano.

Com a globalização (SINGER, 2001) vemos as sociedades se articularem em redes através de desiguais fluxos de informação, tecnologia e capital que atende a produção capitalista do espaço. Para além dos fluxos na Divisão Internacional do Trabalho, a globalização promove conexões interculturais. Esse fenômeno evidenciou alguns aspectos contemporâneos: novas formas de relação entre economia, sociedade e Estado; novos processos pela busca da identidade coletiva ou individual; o mundo multicultural e interdependente que articula identidade cultural; interconexão global e política multidimensional e modernização do mosaico espacial (regiões e redes) de inovação global (CASTELLS, 1999, 2010).

Desde a penetração do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX, a região começou a experimentar como nunca visto a exaltação do mercado, concorrência e liberdade de iniciativa privada, diminuição da intervenção estatal na economia, aumento da produção em grande escala pelo progresso tecnológico e científico, aumento do consumo e ampliação da pobreza (SALLES-LIMA, 2020). Essa conjuntura não impediu o agravamento das desigualdades entre classes e grupos étnicos-raciais. A economia latino-americana vivenciou diferentes experiências para o progresso, porém, insuficiente para modificar a dependência econômica regional frente aos países do centro.

O Estruturalismo Latino-Americano e a Teoria da Dependência (CARDOSO, FALLETO, 2000) que compõem o conjunto de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), através do método histórico-estruturalista, elucida criticamente a compreensão do (sub)desenvolvimento e industrialização na região como aspectos estruturais que determinou um padrão sistêmico sob a América Latina na condição de periferia no sistema internacional (BIELSCHOWSKY, 2000).

As produções bibliográficas da CEPAL do século XX sustentadas na crítica latino-americana foram fundamentais para demonstrar que a região ainda não experimentou rupturas em sua estrutura econômica imposta pela modernidade e, com base nos argumentos colocados nesse artigo, a economia moderna do século XX e XXI é benéfica a hegemonia estadunidense por se pautar nas condições históricas produzidas tanto pela hierarquia centro-periferia ratificada pela CEPAL quanto na heterarquia proposta por Castro-Gomes em diálogo com outros/as autores/as baseados/as nas recentes configurações geopolíticas.

A implementação de políticas neoliberais em alguns países latino-americanos está relacionada às mudanças do mercado, considerando as influências do domínio estadunidense. O discurso do capital acerca da implantação do neoliberalismo nas periferias do sistema por meio do investimento estrangeiro e economia de exportação foram utilizados como alternativas para modificar a realidade econômica regional vista como atrasada. As teorias do Sistema-Mundo e da Dependência reforçam evidenciam a América Latina assumir arbitrariamente uma estrutura econômica pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, onde essa ideia de “atraso econômico” estaria beneficiando as economias centrais (BIELSCHOWSKY, 2000).

A condição de expansão econômica de certos países é condicionada as possibilidades de desenvolvimento de outras economias (MARINI, 2000, SANTOS, 2004) e, nessa rede global de mercado desigual e combinado, o centro se afirma em oposição a periferia do sistema. Segundo Anderson (1995, p. 23), “Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais”. Os arranjos econômicos neoliberais nos países latino-americanos impactaram de algum modo as relações sociais e costumes culturais. Apesar de não ter sido objetivo do artigo aprofundar situações evidentes dessa afirmação, salienta-se que a dominação econômica do centro capitalista sobre suas periferias não é somente racional, do ponto de vista do mercado. O domínio econômico interage necessariamente com o

domínio cultural, sobretudo quando uma potência busca ser o espelho de outras sociedades marginalizadas pelo sistema para melhor expandir seu modo de vida e padrão de consumo.

Os territórios marginalizados reconhecem no outro (o padrão) aquilo que busca algum dia ser e, para isso, abre suas fronteiras, mercado interno e receptividade aos turistas estrangeiros. No entanto, esse contato, além de ser imediato e restrito, integra-os sobre a lógica da hierarquização social, cultural, econômica e tecnológica como natureza do funcionamento do sistema capitalista moderno-colonial. Ambas as instâncias de dominação produzem novas configurações sócioespaciais nunca vistas, como aumento em massa do consumo em prol da aceleração da produção e distribuição de produtos e especialização do trabalho e desenvolvimento científico em graus diferenciados nos territórios.

CONSIDERAÇÕES

O presente artigo apresentou um conjunto de reflexões teóricas com objetivo de articular o conceito da *heterarquia* de Santiago Castro-Gómez com a compreensão de hegemonia estadunidense. Ao analisar de modo preliminar aspectos voltados ao exercício da hegemonia dos Estados Unidos sob a lógica do consenso internacional, neoliberalismo e dinâmicas geopolíticas contemporâneas, o imperialismo do *Tio Sam* é alicerçado no poder global consensual e constituído pelas dimensões econômica, política, cultural e militar de suas políticas institucionais de segurança.

As recentes configurações macroterritoriais permitem verificar novas interpretações geopolíticas internacional, dentre elas, a hegemonia estadunidense sustentada pelo consenso internacional entre as potências econômicas. O mapa do pentágono reflete a cartografia de expansão das bases militares dos EUA nos continentes e coincide com áreas de reservas de recursos naturais. A manutenção da hegemonia capitalista tem como receita os pressupostos da *heterarquia* articulados ao consenso da comunidade internacional.

Por fim, a *heterarquia do poder* ajuda a perceber que o exercício de dominação, no caso dos Estados Unidos, não ocorre exclusivamente pela via da imposição estritamente bélica como no período do regime colonial. Em tempos de democracia e de centralidades (poder multipolar), a dominação econômica do Norte global sobre o Sul global é difusa e consensual, mesmo que rejeitada pelas periferias do sistema. As decisões acerca do progresso econômico internacional não chegam a todos os países. Enquanto isso, os Estados empobrecidos pelo capital hegemônico, subordinados a dependência econômica, vivem dentro de suas fronteiras graves vulnerabilidades sociais e violações aos direitos humanos e civis como parte de realidades sociais propositalmente produzidas pelas relações heterárquicas de poder e dominação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P.. O balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Ed. EDUSP, 2002. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/consthegemonia_0.pdf Acesso em 15 de abril de 2019.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP, 2000.
- BOESNER, Demétrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**: Breve historia. Venezuela. Editora Nueva Sociedad. 1996. Disponível em: <https://eeihistoriaucv.files.wordpress.com/2016/02/boersner-demetro-relaciones-internacionales-de-america-latina.pdf> Acesso em 15 de abril de 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2010. Disponível em: <https://globalizacaointegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf> Acesso em 15 de abril de 2019.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault and the Coloniality of Power. **Tabula Rasa**, v. 6, p.153-172, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892007000100008 Acesso em 12 de março de 2019.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E.. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Ed. Record. SP/SP (2000), p. 497-519.

- CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. In: _____. (Org.) **Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI**. Colección Grupos de Trabajo. Clacso Libros. Buenos Aires, p. 7-14, 2004^a. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018121053/cecena2.pdf> Acesso em 07 de março de 2019.
- CECEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: _____. (Org.) **Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI**. Colección Grupos de Trabajo. Clacso Libros. Buenos Aires, p. 35-56, 2004b. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018121053/cecena2.pdf> Acesso em 07 de março de 2019.
- DUPAS, Gilberto. A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses na governabilidade global. In: SANTOS, Theotonio (Coord.) **Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia**. V. 1. Rio de Janeiro: Ed. Loyola; PUC Rio; REGEN, 2004b.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAZTAMBIDE, Antonio Géigel. La invención del Caribe a partir de 1898. **Tierra Firme**, año, 21, XXI, v. 82, 1979. Disponível em: <http://www1.uprh.edu/piehw/ANTonio%20Gaztambide.pdf> Acesso em 12 de março de 2019.
- GOMEZ, José Maria. (Org.) **América Latina y el (des)orden global neoliberal**. CLACSO. Argentina, p. 279-285, 1979. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101030021853/gomez.pdf> Acesso em 07 de março de 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Ed. e Tradução: Carlos N. Coutinho, Luiz S. Henrique e Marcos A. Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- LEON-BRICEÑO, Roberto. La violencia homicida em América Latina. **América Latina Hoy**, v. 50, p.103-116, 2001. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1343/1414> Acesso em 17 de fevereiro 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm> Acesso em 10 de abril de 2019.
- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro, Editora Almedina/CES, 2009.
- MESSARI, Nizar. **Existe um novo cenário de Segurança Internacional?** 2017. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/messari.pdf> Acesso em 17 fevereiro de 2019.
- NOVION, Jacques de. **Hegemonia, integración y Seguridad en las Américas**. 2014. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9075&Itemid=456 Acesso em 17 de fevereiro de 2019.
- PRECIADO, Jaime. **La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional**. 2017. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/GEOP1010120065A/13427> Acesso em 25 de março de 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 10, ed. 1, p. 75-97, 2004. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf> Acesso em 17 de fevereiro de 2017.
- SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther. (Org.) **Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI**. Colección Grupos de Trabajo. Clacso Libros. Buenos Aires, p. 15-34, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018121053/cecena2.pdf> Acesso em 07 de março de 2019.
- SALAZAR, Olga Marcela Cubides. La violencia del narcotráfico en los países de mayor producción de coca: los casos de Perú y Colombia. **Papel Político**. v. 19, ed. 2, p. 657-690, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v19n2/v19n2a11.pdf> Acesso em 25 de março de 2019.
- SALLES-LIMA, Adalberto. Diálogos entre Geografia e Ciências Sociais: Região, Regionalidade e América Latina e Caribe. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 14, n. 2, ago/2020, p. 298 – 316.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/58608> Acesso em 11 de dezembro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**. v. 79, p. 71-94, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e dependência**. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2004.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: SANTOS, Theotônio (Coord.). **Os impasses da globalização**: hegemonia e contra-hegemonia. Ed 1. Rio de Janeiro: Ed. Loyola; PUC Rio; REGEN, 2010.

Recebido em: 15/08/2020

Aceito para publicação em: 19/01/2021